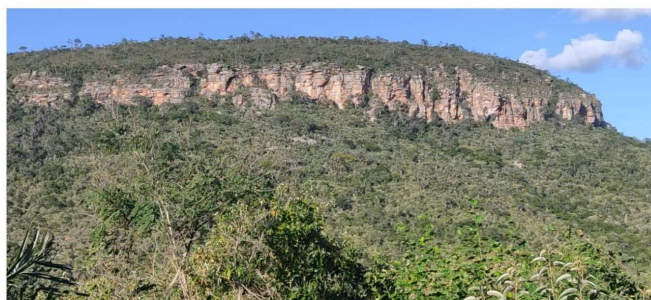
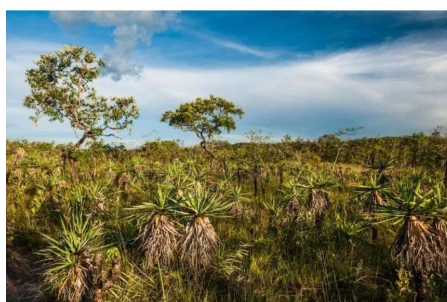
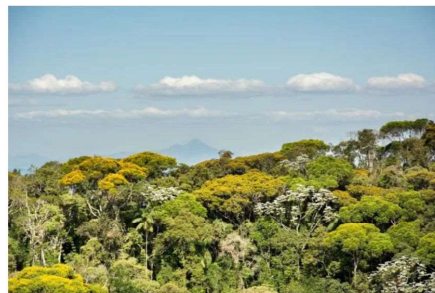
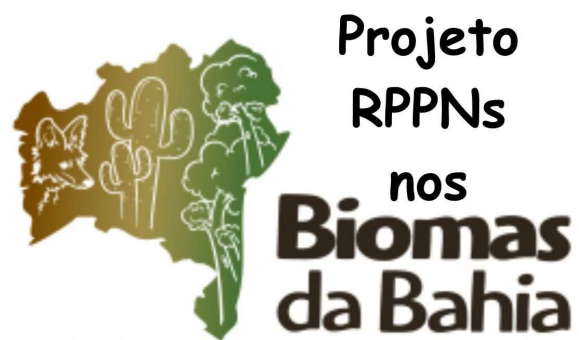




Relatório Técnico RPPN Nascentes do Paraguaçu

Execução:



Apoio:



BA - Abril de 2023

DADOS DA PROPRIEDADE

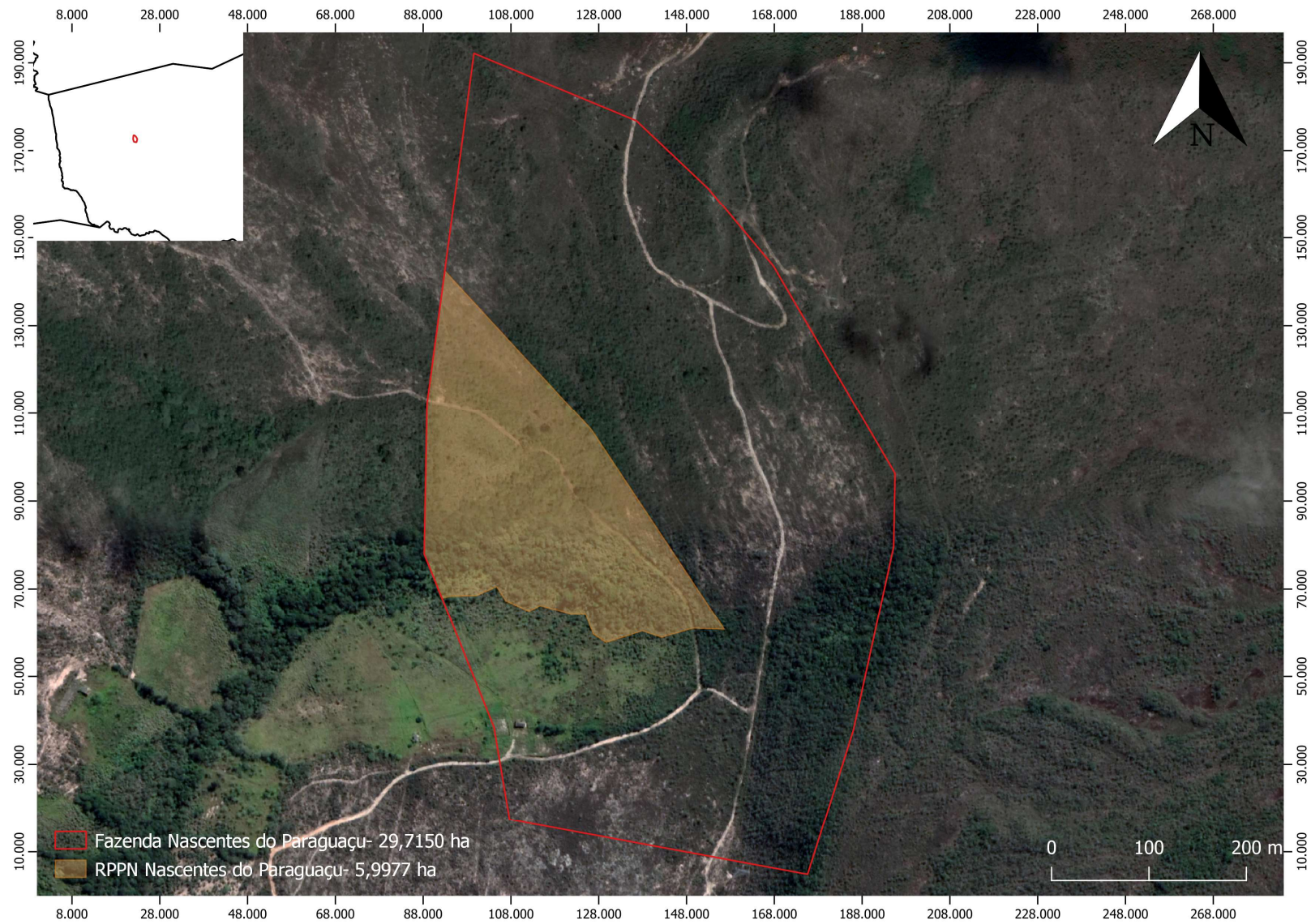
Nome do imóvel: Fazenda Nascentes do Paraguaçu

Área Total: 29,7150 ha

Nome da RPPN: Nascentes do Paraguaçu

Área da RPPN: 5,9977 ha

Localização: Barra da Estiva - Bahia.



APRESENTAÇÃO

O “projeto Biomas da Bahia” é uma iniciativa de conservação em terras privadas do Ministério Público do Estado da Bahia, coordenado pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo – CEAMA teve seu início em 2022, a execução das atividades de criação de novas RPPNs está sob coordenação do Instituto Água Boa e Instituto Ynamata e conta com a parceria informal da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia. O Projeto vai além da criação de novas RPPNs e pretende tratar de diversos temas relacionados ao fortalecimento das políticas públicas de apoio e incentivo à conservação privada no Estado da Bahia.

Após o cumprimento das metas estabelecidas na primeira etapa do projeto que previam a proteção de 2.000 hectares com a criação de RPPNs, se está dando início a segunda etapa do projeto, estabelecendo-se como nova meta, o apoio à criação de 17 novas RPPNs que deverão proteger uma área igual ou superior a 1.500 hectares distribuídos preferencialmente nos três biomas da Bahia. Os resultados projetados da segunda etapa do Projeto Biomas da Bahia deverão somar-se às mais de cinquenta RPPNs já reconhecidas nas esferas Estadual (SEMA/INEMA) e Federal (ICMBio), que antecedem a este esforço e que também foram fruto da parceria entre o Ministério Público do Estado da Bahia e os Institutos Água Boa e Ynamata (Programa Floresta Legal).

Como objetivo complementar, o Projeto busca contribuir com a consolidação da política pública de criação de Unidades de Conservação Privadas no Estado da Bahia. Neste sentido, pretende-se encaminhar a quase totalidade destas proposições de criação de novas RPPNs pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA. As exceções ficam por conta da preferência de alguns proprietários pelo encaminhamento dos processos na esfera Federal (ICMBio).

O presente relatório refere-se ao processo de proposição de criação da Unidade de Conservação Privada (RPPN) na **Nascentes do Paraguaçu**, de propriedade de: **Guilherme Burgos da Silva**, portados do RG/SSP-BA de nº 09.230.548-20; **Amanda Burgos Barbosa da Silva**, portadora do RG/SSP-BA de Nº 17.798.912-76; **Sued Oliveira Barbosa da Silva**, portadora do RG/SSP-BA de Nº 07.535.221-44. O imóvel tem área total de 29,7150 hectares, está localizada em sua totalidade no Município de Barra da Estiva - BA, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Barra da Estiva na matrícula de matrícula. Nº: 1.828.

A futura RPPN Nascentes do Paraguaçu, propõe proteger uma área de relevante interesse histórico, cultural e ambiental, pois **abrigará a área onde brota a primeira nascente do Rio Paraguaçu**, (primeira ordem), A RPPN em si, propõe proteger uma vegetação nativa de 5,9977 hectares. O imóvel está localizado na porção norte do município de Barra da Estiva.

JUSTIFICATIVA

A Caatinga é único bioma com distribuição exclusivamente brasileira, ocupa cerca de 844.453 Km² de extensão. A Caatinga está localizada em uma região semiárida, e abrange 1262 municípios com uma população de 28 milhões de habitantes. Totaliza 60% da Região Nordeste e 13% do Brasil. É a maior floresta tropical seca da América Latina.

Embora de forma geral seja considerada uma floresta tropical seca, o bioma apresenta diversas características semelhantes a outros biomas brasileiros, como por exemplo os enclaves de Floresta Atlântica, Cerrado e Campos de altitude presentes na região da Chapada Diamantina.

A fragmentação de hábitat, consequência da expansão das fronteiras agrícolas acentuada nas últimas décadas na Bahia, e a chegada de grandes empreendimentos de mineração ameaçam cada vez mais a conservação da biodiversidade do bioma Caatinga na Bahia. Somando-se a estes impactos, a chegada dos grandes empreendimentos eólicos e de projetos de agricultura irrigada num ambiente de escassez de recursos hídricos.

Embora o desmatamento na região aparentemente tenha diminuído um pouco nos últimos anos, o histórico de perda de habitat do bioma vem ocorrendo desde o século 18.

Os problemas decorrentes da degradação ambiental tornam-se cada vez mais evidentes e, de forma significativa, comprometem a sustentabilidade dos recursos naturais, da biodiversidade e do modo tradicional de vida das pessoas. A pressão sobre os recursos naturais aumenta em velocidade e escala impressionante, chamando a atenção para a premente necessidade de um ordenamento territorial e ambiental que possam apontar para um cenário de sustentabilidade em médio e longo prazo, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Nesse sentido, iniciativas embasadas em conceitos teóricos e experimentação de campo estão contribuindo com a minimização dos efeitos decorrentes da fragmentação e do isolamento dos remanescentes de vegetação nativa. Estratégias de proteção ambiental, sobretudo respaldadas por legislação específica, assumem fundamental importância para a perenidade dos ecossistemas.

A construção de uma estratégia de proteção legal em terras privadas poderá vir a configurar-se como uma importante estratégia complementar aos esforços públicos visando a proteção e conservação da biodiversidade regional, sobretudo pelo fato de grande parte dos remanescentes do Bioma ainda existentes estarem localizados em propriedades privadas.

Frente a este cenário de riscos ambientais e sociais em níveis preocupantes, a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN são uma oportunidade para a conservação e proteção legal dos remanescentes dos ecossistemas naturais em terras privadas.

As RPPNs como um todo na Bahia, já ocupam um lugar de destaque na proteção de habitats naturais e singulares em todos os biomas da Bahia, protegendo 57.800 hectares distribuídos em 192 RPPNs.

Acredita-se que o incentivo à criação de novas RPPNs possa tornar-se um importante e eficaz instrumento de proteção dos recursos naturais presentes na região, apresentando-se como estratégia fundamental e complementar à criação das grandes Unidades de Conservação Públicas.

A riqueza da biodiversidade regional, pode ser atestada pela diversidade biológica registrada no Parque Nacional da Chapada Diamantina, onde já foram catalogadas **44 espécies de anuros** divididos em 04 famílias; **44 espécies de répteis**, sendo 25 de serpentes, 17 de lagartos e duas de anfisbênios (cobras-cegas); **132 espécies aves**; 58 espécies de Mamíferos.

A criação de RPPNs na área de influencia do PARNA significará maior proteção para as espécies que habitam a região, além de contribuir para a extensão da proteção legal à biodiversidade regional.

Dentro deste contexto, de riqueza biológica, fragilidade de habitat, a aplicação efetiva da legislação ambiental brasileira, o estabelecimento de novas Áreas Protegidas é de extrema importância para garantir a sustentabilidade e perenidade da Caatinga em longo prazo. Neste sentido, justifica-se essa proposta de criação de uma RPPN no município de Barra da Estiva, UC de proteção integral, conforme previsto na Lei 9.985 de 18 de junho de 2000, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação e em âmbito estadual, através do Decreto Nº 10.410, de 25 de julho de 2007, regulamentada pela Portaria nº 12.073, de 2016.

A opção pela criação da RPPN no imóvel levou em consideração a importância de criação de Unidades de Conservação de caráter perpétuo ao longo da paisagem regional, bem como, os aspectos culturais e ambientais relacionados a proteção da nascente Nº 1 do Rio Paraguaçu (como é reconhecida na região), maior rio e extensão cujo trajeto é integralmente no estado da Bahia, e a contribuição à estratégia de criar áreas referenciais de conectividade da paisagem. O fato de se dispor de outras Unidades de Conservação Privadas (RPPNs) nas esferas Estadual e Federal na região denotam a importância da iniciativa diante dos desafios para a

conservação da biodiversidade regional e a oportunidade de criação de um Corredor de Áreas protegidas Privadas contribuindo com a conexão entre as UCs Públicas.

Tendo como referencia a riquíssima biodiversidade regional, e pelo fato do município de Barra da Estiva estar incluído entre os 12 doze municípios que estão localizados na área de influencia do PARNA Chapada Diamantina, acredita-se que parte da biodiversidade regional possa ocorrer também na área da propriedade e de seu entorno, destacam-se os levantamentos oficiais realizados na área de abrangência Parque Nacionais da Chapada Diamantina, que aponta os seguintes resultados:

O levantamento dos **anuros** encontrou 44 espécies distribuídas em quatro famílias (Juncá, 2005);

O inventário dos **répteis** (Juncá, 2005) mostrou a existência de 44 espécies, sendo 25 de serpentes, 17 de lagartos e duas de anfisbênios (cobras-cegas). Destacaram-se as famílias Colubridae, entre as serpentes, com 20 espécies, e Gekkonidae, entre os lagartos, com quatro. Neste último caso, porém, houve uma distribuição mais eqüitativa da riqueza, com três famílias de lagartos apresentando três espécies (Tropiduridae, Teiidae, Scincidae).

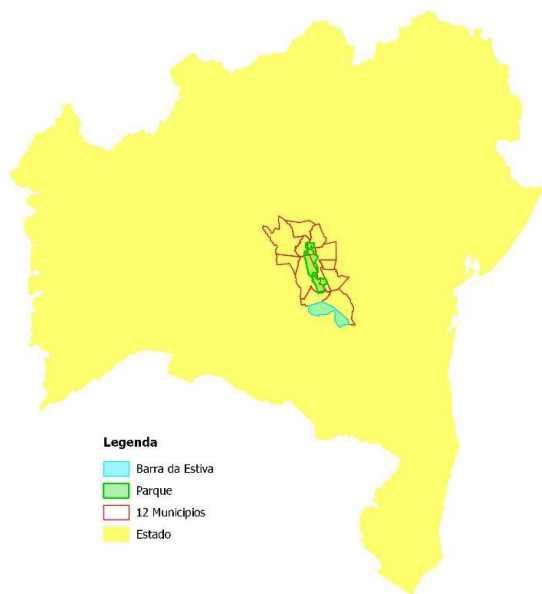
As **aves** pertencem ao grupo de vertebrado que é melhor conhecido pela ciência (Accioly, 2000) e formaram o grupo mais diverso entre os examinados durante a AER, com 132 espécies (Machado, 2005). Mesmo assim, este número foi muito inferior ao obtido em outros levantamentos realizados na região, que variaram de 359 a 370 espécies (o último número se refere à área do PNCD, exclusivamente - ver Encarte 3).

Os **mamíferos** apresentaram 55 espécies no levantamento da AER, sendo 16 roedores, 20 quirópteros (morcegos), oito marsupiais, um lagomorfo, dois artiodáctilos, um primata e cinco carnívoros. A estes se somam três espécies de quiróptera citados pela literatura, o que eleva o total para 58 (Oliveira & Pessôa, 2005).

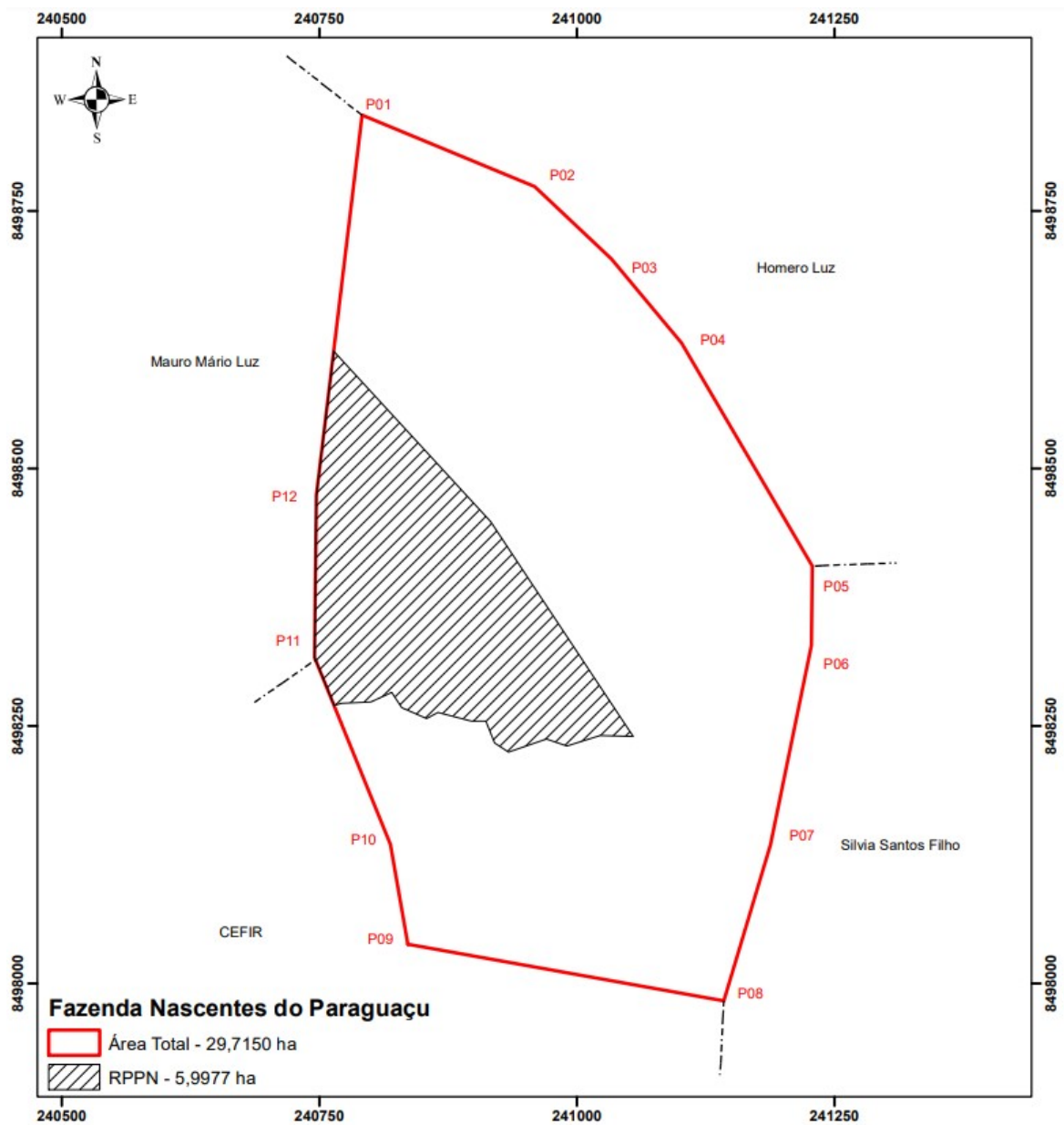
A conservação do Bioma Caatinga na Bahia já conta com uma expressiva contribuição das RPPNs contabilizando atualmente **71 Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN** formalmente reconhecidas na esfera Estadual e Federal. Juntas estas Unidades de Conservação Privadas protegem Aproximadamente **21.400 hectares**.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA RPPN

A Fazenda Nascente do Paraguaçu possui uma área total de 29,7150 ha, está registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Barra da Estiva, sob a matrícula de N°1.826. Em su ponto mais alto, registra 1.220 metros de altitude em relação ao nível do mar. Situa-se na porção Norte do município de Barra da Estiva na região da Chapada Diamantina, região central do Estado da Bahia, no alto curso do Rio Paraguaçu, e a aproximadamente 470 km da capital. No mapa 1, é possível localizar o município de Barra da Estiva, que tem 1.400 km² de extensão territorial, no contexto de doze municípios inseridos e/ou circundantes ao Parque Nacional - PARNA da Chapada Diamantina. A Fazenda Nascente do rio Paraguaçu no contexto regional localiza-se a aproximadamente 30 km do perímetro do PARNA e a aproximadamente 7 km da divisa com o município de Ibicoara.



Á área proposta para a RPPN é de 05,9977 hectares e abriga remanescentes de Floresta Estacional Decídua Montana, ou Floresta Tropical Caducifólia, além de vegetação gramínea característica das áreas com altitude superior a 1200 metros na região da Chapada Diamantina. Apesar dos poucos estudos em andamento na área, a criação da RPPN integra um conjunto de ações que contemplarão também a criação do Instituto Nascentes do Paraguaçu, que, propõe desenvolver ações com vistas à restauração do Rio Paraguaçu, através da recuperação de matas ciliares ao longo da bacia e o estabelecimento de parcerias institucionais que proporcionem o incentivo às pesquisas acerca da biodiversidade regional.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conservação da biodiversidade da Chapada Diamantina deve ser prioridade dos diversos entes públicos e da sociedade civil organizada, pois o fruto deste trabalho, além de assegurar um riquíssimo legado às futuras gerações, amplia positivamente fatores relacionados à segurança hídrica e o desenvolvimento de um modelo de convivência pacífica entre a preservação e o desenvolvimento econômico baseado no agronegócio, além de relevantes oportunidades de emprego e renda às comunidades tradicionais.

O reconhecimento de novas RPPNs, associado à efetiva ampliação do número de UCs Públicas nesta região são uma necessidade real a médio prazo poderá contribuir para a permeabilidade da paisagem e fomento de “negócios sustentáveis” associados à conservação da biodiversidade. É nesse contexto que se insere essa proposta de criação da **RPPN Nascentes do Paraguaçu**, contribuindo com o início da construção de uma estratégia de sustentabilidade e de fomento a novas iniciativas similares e dando uma contribuição importante no necessário início da restauração do mais baiano dos rios da Bahia, o Rio Paraguaçu.

O arranjo institucional em torno do processo de criação da RPPN Morro da Graça contribui para ampliar a credibilidade na viabilidade de um planejamento ambiental de médio e longo prazos. A criação da RPPN será um passo importante indo ao encontro do sonhado Corredor Regional de Biodiversidade, sendo um passo na construção do consciente coletivo da importância da biodiversidade para a manutenção da qualidade de vida no campo e na cidade.

Subscrevem:

Instituto Água Boa e Instituto Ynamata